

1879 N.º 646 = Portaria remettendo o processo respectivo a esta Direc-
toria relativa á reclamação feita por alferes do
exército d'África Occidental sobre a promoção do alferes
do mesmo exército Jacinto Maria Barreiros Azevedas.

8. Sou conforme com a opinião do Conselho
Director geral do Ultramar. — Procurado-
ria geral da fôrma e Fazenda etc. = Leg.ª Pinto.

" 24 N.º 609 Acreea do tenente da guarnição do Estado da Índia,
Bernardino Camillo de Sant'Anna Pacheco, pedindo
ser promovido ao posto de capitão e seguidamente refor-
mado no de major.

8. Vós tenho que addicionar as parecer da
Repartição, que é conforme com a legis-
lação vigente. — Proc.ª etc. = Leg.ª Pinto.

" 9 N.º 638 Requerimento documentado em que João Baptis-
ta Espirrado pede perdão da pena que se achava cumprido.
Justiça 8. Senhor. — Está formulada juridica-
mente a opinião do Magistrado do esp.
Publico, que informou em 30 de julho
ultimo. — Quem foi convencido de ser
auctor de um crime de homicidio em
chegado da Cruz em 15 de Dezembro de
1873 aggravado por ser praticado de
noite, em 1.ª instancia foi condemna-
do em 2 annos de prisão cellulas, e na
alternativa em 4 de Degredo, quando
ao crime competia Degredo perpetuo.
E' manifesto que o respectivo J.º Ba-
ptista Espirrado obteve já do poder ju-
diciario a maxima equidade, razão
bastante para me convencer de
que a sentença condemnatoria deve

1879

ser dada á execução em toda a sua plenitude.
 Deus guarde a V. Magestade, etc - *Leg.^o Pinto.*

Agosto 9
 Justiça.
 D.º da Justiça

N.º 613.

Requerim.^{to} documentado em que Jose Antonio Afayate
 pede perdão da pena que se acha cumprindo.

Senhor — Evidencia o processo que o seu Jose
 Antonio sendo Relator da Camara municipal
 de Tombal recebeu de varias pessoas algumas
 quantias a titulo de lancamento de coimas,
 sem entrar com a sua importancia nos
 cofres do municipio, pelo que foi condemna-
 do em termo de prisao e tres meses de
 multa por accordar proferido na Rela-
 ção de Lisboa em 18 de Dezembro de 1878,
 o qual fez transitio em julgado em feve-
 reiro de 1879 por não haver sido inter-
 posto recurso de revista. — Foi correcta-
 mente applicado o Decreto penal, e não
 encontro circumstancia atenuante a
 favor do responsavel, pelo que consulto
 pelo indeferimento da supplica, que é
 dirigida a Vossa Magestade. — Deus
 guarde etc - *O Cons.^o Leg.^o Pinto.*

" 12
 Obras Publicas
 Rep.^o d.º Publicas

N.º 385.

Acerea da indemnisação pedida por Miguel
 da Costa por prejuizos causados em uma sua propried.

Mantida a Doutrina da consulta fiscal de
 28 de junho ultimo, São de parecer os Fiscois
 do local que o governo deve mandar proce-
 der a uma vislória Administrativa para se
 conhecer se o Documento agora junto se refere
 á propried.^e, por cujo prejuizo se reclama; tendo
 se em vista as confrontações exaradas
 no instrumento de aforamento por copia